

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O LETRAMENTO DE PESSOAS COM  
BAIXA VISÃO**

Mariana Letícia PIRES

(Orientadora): Profa. Dra. Maria Elisabete Rodrigues Freire Gasparetto

**RESUMO:** Este trabalho é resultado da análise de relatórios redigidos após os atendimentos realizados com um aluno que recebe atendimento especializado no CEPRE, e, também, através da análise da ficha de evolução deste aluno. Apresentaremos um relato de caso sobre as dificuldades enfrentadas por este aluno com baixa visão de nove anos, com glaucoma congênito, estudante da quarta série do ensino fundamental, incluída e faz uso de recursos ópticos em sala de aula. Para tanto, apresentaremos o que é a baixa visão, como ela pode ser melhorada e as conseqüências da falta do uso de recursos ópticos e/ou não-ópticos no cotidiano escolar deste aluno.

**Palavras Chaves:** Letramento, Baixa Visão, Inclusão, Visão Residual

A baixa visão é a perda severa da visão que não pode ser corrigida por tratamento clínico, cirúrgico ou com a utilização de óculos convencionais. E, também, pode ser descrita como qualquer grau de dificuldade visual que cause incapacidade funcional e diminua o desempenho da visão. Apesar disso, a função visual de uma pessoa com baixa visão pode ser melhorada através do uso de auxílios ópticos e/ou não ópticos nas atividades cotidianas. Os primeiros melhoram o desempenho visual através da magnificação da imagem vista, e, podem ser de vários tipos, tais como: os óculos, as lupas e a telulupa (também conhecida como telescópio). Já os recursos não-ópticos não usam lentes para melhorar a função visual, mas são obtidos através de modificações ambientais onde a pessoa com baixa visão está. Ou seja, por meio do controle da iluminação do local, acessórios, aumento do contraste dos objetos que o rodeiam, ampliação de livros e de telas de objetos (teclado de computador, dial de telefone, telas de calculadoras, etc.), sistema de circuito fechado de televisão, controle da refração, etc.

A pessoa com baixa visão em início de letramento apresenta certa dificuldade na compreensão do mundo a sua volta por causa do comprometimento da visão. Geralmente, elas necessitam de estímulos visuais para que visualizem os objetos. Por exemplo, um recém-nascido com baixa visão, para estimular a sua visão, a mãe reveste objetos de uso contínuo dele (mamadeira, chocalhos, chupetas, etc.) com algo colorido. Com o passar dos anos, a criança terá sua visão residual bem desenvolvida. Apesar disso, quando ela entra na escola, em decorrência de vários fatores (psicológicos, emocionais,

ambientais, entre outros) além dos visuais, ela necessitará de outros tipos auxílios (ópticos e não ópticos) para compreender o que lhe está sendo ensinado. A falta desses auxílios acarretará prejuízos a sua vida escolar.

Para exemplificar tudo o que foi escrito acima, apresentaremos um estudo de caso realizado entre os meses de março a maio de 2008, no Centro de Estudos e Pesquisa em Reabilitação “Prof. Dr. Gabriel de Oliveira da Silva Porto” – CEPRE/FCM, com uma aluna da quarta série do ensino fundamental de uma escola pública inclusiva, recebe atendimento especializado a cada quinze dias e com duração de uma hora, com glaucoma congênito, nas atividades rotineiras (ver televisão, ler a lousa, ver a tela do cinema, ler livros, revistas, jornais, entre outros) faz uso de telulupa (para longe) e de lupa régua (para perto).

De acordo com GASPARETTO et JOSÉ o conceito de glaucoma congênito é apresentado como *“aumento da pressão interna do olho causado por uma anomalia na eliminação do humor aquoso. A criança apresenta aumento do globo ocular, muita sensibilidade à luz, lacrimejamento e coceira. A cirurgia deve ser decidida o mais depressa possível, pois a perda visual pela hipertensão é rápida na criança. A manutenção da visão residual dependerá do completo controle da pressão intra-ocular. Nos casos mais avançados (quando o olho fica muito grande), existe o perigo de perfuração, se houver traumatismos. Para a criança executar trabalhos de perto, será necessária muita iluminação com pouco reflexo.”*

Esta aluna, em decorrência do glaucoma congênito, possui campo visual reduzido, ela não tem a visão periférica que é responsável pela percepção de objetos e movimentos (sem nitidez e pouco rica em detalhes). Ou seja, ela só enxerga o que estiver na sua frente, para observar o que ou quem está ao seu lado ela necessita mover a cabeça completamente para os lados ou para cima e para baixo. Na escola ela se senta na primeira carteira para ficar mais próxima da lousa. Além disso, para enxergar a lousa ela faz uso da telulupa. Esta aumenta quatro vezes o tamanho do objeto visualizado e, possui o campo visual restrito. A leitura de atividades passadas na lousa é segmentada, primeiramente ela faz a leitura de cada letra e depois as junta mentalmente. Tal fato faz com que ela demore a ler/compreender as atividades. Anteriormente, ela não fazia uso da telulupa para visualizar objetos a alguns metros dela. O oftalmologista receitou o uso de tal recurso óptico recentemente. Ou seja, antes ela não conseguia identificar o que estava escrito na lousa. Com isso, ela não conseguia identificar o que era escrito na lousa, portanto ela escrevia em seu caderno sem se certificar o que realmente às palavras/as letras que estava lendo. E, também, em decorrência disso, ela apresenta dificuldade no traçado das letras/palavras.

Além disso, ela faz uso de lupa régua para leitura de livros, textos, jornais e revistas. Este recurso não óptico aumenta duas vezes o tamanho das letras visualizadas. A lupa régua é um dos recursos cedidos pelo Ministério da Educação a pessoas cadastradas nas secretarias estaduais e que é composto por mochila, cadernos com pauta dupla, cadernos sem pauta, lápis 6B, caneta de ponta porosa, borracha, pincel atômico e caneta hidrográfica. Apesar desse kit cedido pelo MEC, o seu uso é restrito à escola. Ou melhor, ela não pode levar para casa e usá-los em atividades propostas para serem feitas em domicílio. Isto acontece porque o kit é doado à escola, ficando a critério da mesma a liberação do kit extra-sala de aula.

Nas atividades escolares a aluna não faz uso de lápis 6B nem de cadernos com pautas ampliadas. Isto, porque esteticamente é visualmente feio. O traçado do lápis 6B é muito forte e quando ele é apagado, deixa marcas na folha. Já o caderno com pautas ampliadas não é utilizado porque o tamanho das letras a serem escritas é muito grande e não cabem muitos caracteres nela. Além disso, a professora desta aluna não estimula o uso de tais recursos por, assim como a própria aluna, acreditar que eles sejam esteticamente feios.

Com tudo, é de grande importância que o professor e os colegas de sala de aula conheçam os benefícios que uma pessoa com baixa visão, no caso da aluna, com glaucoma congênito, tem em utilizar os recursos ópticos e não ópticos. O conhecimento disso ajudará na integração deste aluno no ambiente escolar e facilitará a realização de atividades que envolvam a leitura e a escrita (trabalhos escolares, provas, atividades artísticas, e outros).

### **Considerações Finais:**

Vimos que a Baixa Visão é uma perda grave na visão e que não pode ser corrigida, mas melhorada por meio do uso de recursos ópticos e/ou não ópticos. Além disso, os alunos com baixa visão necessitam aprender a diferenciar formas, símbolos, contornos, cores antes de iniciar suas atividades escolares de fato. E, cabe ao professor, embora tenha suas angústias em relação a este aluno, ser a pessoa que o aceite e o inclua em sala de aula.

Com este texto pretendemos mostrar rapidamente como é a vida escolar de uma aluna com glaucoma congênito, incluída, que estuda numa escola estadual. Por mais que ela faça uso de determinados recursos ópticos e não ópticos em sala de aula, a falta do uso destes no passado ainda se reflete em suas ações no ambiente escolar no presente. Além disso, mostrar como o estímulo do professor poderia mudar esta realidade. Não basta pedir que a aluna sente-se na primeira carteira para que enxergue melhor, no entanto, estimular o uso do lápis

6B e do caderno de pautas ampliadas poderia trazer uma grande melhora no desempenho da aluna.

Por meio deste relato de caso, podemos observar que na escola regular pública o desconhecimento sobre o que é a baixa visão, a falta de materiais especiais para este público e as limitadas técnicas de ensino, leva o escolar com deficiência visual a não ter acesso a todas as informações e dificultando a aquisição de conhecimentos.

---

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- GASPARETTO, M.E.R.F & JOSÉ, N.K. (2000). Entendendo a Baixa Visão: orientação aos pais, Ministério da Educação: Secretaria de Educação Especial, Brasília, DF.
- CARVALHO, K. M. M.; GASPARETTO, M. E. R. F.; VENTURINI, N. H. B. & JOSÉ, N. K. (2002). Visão Subnormal: orientações ao professor do ensino regular, Editora da Unicamp, Campinas, SP.
- GASPARETTO, M. E. R. F. & MASINI, E. F. S. (2007). Visão Subnormal: um enfoque educacional, Vetor Editora, SP.
- OLIVEIRA, R.C. DE S.; JOSÉ, N. K. & SAMPAIO, M.W. (2000). Entendendo a Baixa Visão: orientação aos professores, Ministério da Educação: Secretaria de Educação Especial, Brasília, DF.